

A ATUAÇÃO DO LEGISLATIVO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: SETOR DA SOJA COMO GRUPO DE INTERESSE (2019-2023)¹

THE LEGISLATIVE'S PERFORMANCE IN BRAZILIAN FOREIGN POLICY: SOYBEAN SECTOR AS AN INTEREST GROUP (2019-2023)

Julia Rensi²

Curso de Relações Internacionais
Universidade Potiguar
Natal – Rio Grande do Norte, - Brasil

Murilo Mesquita³

Curso de Relações Internacionais
Universidade Estadual do Pará
Belém - Pará - Brasil
Universidade Federal do Tocantins
Porto Nacional – Tocantins - Brasil

Resumo: Este artigo trata das articulações do setor da soja no Legislativo brasileiro e seu impacto na política externa comercial com a China. A pesquisa partiu do seguinte problema: Como a articulação do setor da soja no Legislativo afetou a política externa brasileira no Governo Bolsonaro? E, levantou o argumento de que o setor da soja da Bancada Ruralista afeta a política externa comercial brasileira por meio de mecanismos institucionais legislativos. A pesquisa visou analisar a relação entre o Grupo Parlamentar Brasil-China (GPBC) e a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e a política externa comercial brasileira. O procedimento metodológico a foi Análise de Conteúdo Automatizada. Os resultados destacam que os principais interesses do setor sojeiro nas relações comerciais com a China incluem a prevenção de barreiras comerciais e a expansão de oportunidades para exportar produtos de maior valor agregado. Em relação à bancada ruralista, foram identificados os legisladores ligados a associações representativas e o resultado exercido pelo setor no governo.

Palavras-chave: Soja. Grupo de Interesse. Política Comercial. Legislativo. Política Externa.

Abstract: This study examines the interactions of the soybean sector within the Brazilian Legislature and its impact on trade policy with China. The research addresses the following problem: How did the soybean sector's engagement in the Legislature influence Brazilian foreign policy during the Bolsonaro administration? It posits that the soybean sector, represented by the Rural Caucus, affects Brazilian trade policy through institutional legislative mechanisms. It aimed to analyse the relationship between the Brazil-China Parliamentary Group (GPBC), the Agricultural Parliamentary Front (FPA), and Brazilian trade policy. Methodologically, it employed Automated Content Analysis. The findings highlight that the main interests of the soybean sector in trade relations with China include

¹ Pesquisa financiada pela FACEPE.

² juliarensi@gmail.com
Orcid: 0000-0002-0705-4824

³ murilo_mesquita@hotmail.com
Orcid: 0000-0002-7313-2974

preventing trade barriers and expanding opportunities to export higher value-added products. Regarding the Rural Caucus, it identified the legislators associated with representative associations and the influence exerted by the sector on the government.

Key-words: Soy. Interest group. Trade policy. Legislative. Foreign Policy.

DOI:10.29327/2293200.15.2-7

Recebido: 28/02/2024

Aprovado: 11/06/2024

Introdução⁴

O governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) teve início com a promessa de realizar mudanças profundas nas diretrizes que guiaram a política externa brasileira (PEB) durante os governos petistas, em especial, no que diz respeito à relação com Governos atrelados ao espectro político-ideológico de esquerda. No entanto, após assumir o cargo, as mudanças anunciadas não se concretizaram, o que permite observar que, mesmo com um forte discurso ideológico, a PEB, durante o governo Bolsonaro, trilhou certo pragmatismo. Ciente disso, a pesquisa se desenvolveu a partir do seguinte problema: Como a articulação do setor da soja no Legislativo afetou a PEB no Governo Bolsonaro, no período em comento?

A literatura aponta que, ao longo do governo Bolsonaro, existiu um embate entre as pautas ideológicas, defendidas pelos apoiadores do Governo, e o pragmatismo da PEB. Desde esse embate, emerge uma “ala ideológica”, influenciada por Olavo de Carvalho, composta pelo chanceler Ernesto Araújo, o Deputado Eduardo Bolsonaro e grupos neopentecostais do Legislativo. Ao mesmo tempo, surge uma “ala pragmática”, representada pelos militares, com destaque para Hamilton Mourão, então vice-presidente, assim como por grupos ligados aos interesses agropecuários (Saraiva & Silva, 2019; Marra et al., 2021)

Partindo desta literatura, o artigo analisa a atuação do setor da soja no poder legislativo, como parte da “ala pragmática” que compõem a Bancada Ruralista. A produção da soja no Brasil é fortemente voltada à exportação, portanto os representantes legislativos ligados ao setor são atuantes nas pautas sobre comércio internacional (Escher & Wilkinson, 2019). Dentre estas pautas, a relação comercial com a China é de

⁴ Gostaria de expressar sincera gratidão aos revisores por suas valiosas contribuições e comentários detalhados, que foram fundamentais para aprimorar a qualidade deste artigo. Seu empenho e dedicação ao rigor científico são profundamente apreciados.

especial interesse, tendo em vista que este país foi o maior comprador desta *commodity* do Brasil, entre 2019 e 2022 (Lopes, 2023).

Dentro desse cenário, argumenta-se que o setor da soja da Bancada Ruralista afetou a política externa comercial brasileira por meio de mecanismos institucionais legislativos. Em face do argumento apresentado, a investigação tem como objetivo geral analisar a relação entre o Grupo Parlamentar Brasil-China (GPBC) e a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e a política externa comercial brasileira. Logo, são objetivos específicos: (i) mapear os principais interesses do setor da soja; (ii) identificar os representantes da bancada ruralista atrelados ao setor da soja; e (iii) relacionar os interesses do setor da soja com os discursos do GPBC e da FPA.

No que se refere aos aspectos metodológicos, a pesquisa é desenhada a partir de uma cultura qualitativa para um estudo de caso de corte temporal e recorre às técnicas de Análise de Conteúdo Automatizada (ACA), operadas a partir do software IRAMUTEQ, como a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e a Árvore de Similitude (AdS). Essas técnicas são operadas sob o *corpus* constituído pelos registros das atividades e propostas legislativas do setor da soja da Bancada Ruralista.

Com a constituição desse corpus, ele é mobilizado para testar o argumento da pesquisa. O que implica dizer que a mensuração da influência do setor da soja é uma *proxy* constituída pelos dados qualitativos extraídos dos mecanismos legislativos para controle do Poder Executivo, no tocante à formulação da política externa brasileira, a saber: audiências, requerimentos e projetos de lei (PL).

Com esse desenho de pesquisa, o artigo é dividido em três seções. A primeira apresenta dados referentes ao peso da soja nas relações comerciais com a China. A segunda discute o referencial teórico sobre o papel do Legislativo na política externa. A terceira seção compreende os procedimentos metodológicos utilizados. A quarta e quinta seções apresentam os resultados da pesquisa e a interpretação dos dados gerados pela ACA, respectivamente.

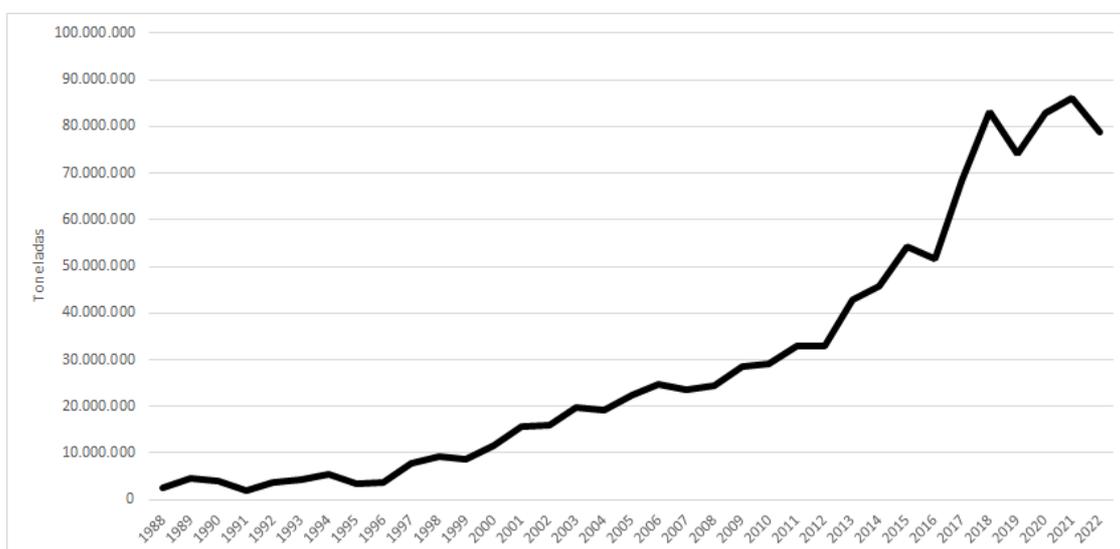
1. A força da soja na balança comercial brasileira e a centralidade da China

Desde a redemocratização, a soja se tornou vital para a economia brasileira, com exportações que expandiram significativamente, mesmo durante crises globais, como a

pandemia da Covid-19. Esta seção contextualiza a ascensão das exportações de soja, impulsionada por fatores domésticos como a ação legislativa e por fatores externos, como a crescente demanda da China, que se consolidou como principal parceira comercial do Brasil. A análise destaca a importância da soja na balança comercial e investiga os atores políticos que favorecem essa relação estratégica com a China.

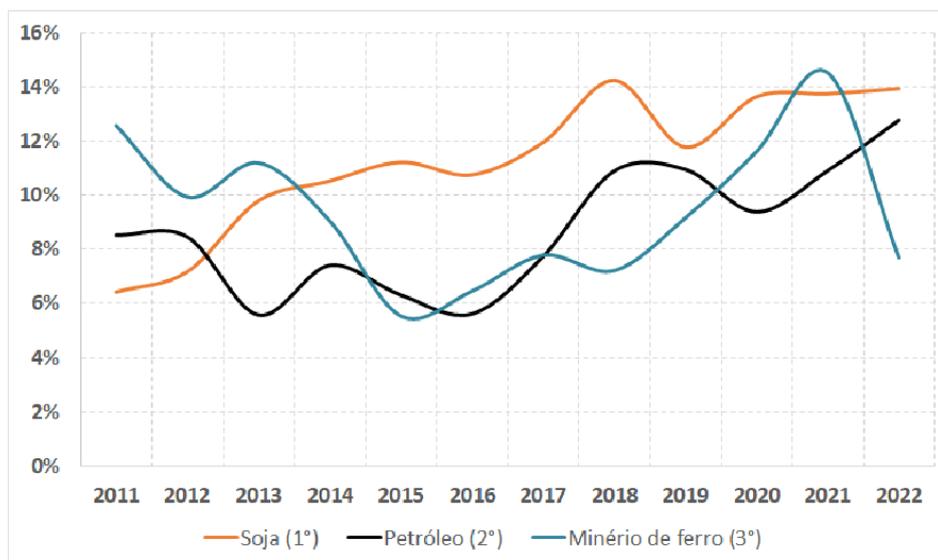
Diante dessa contextualização, os Gráficos 1 e 2 apresentam, respectivamente, o quantitativo, em toneladas, das exportações de soja pelo Brasil, a partir da redemocratização, quando se inicia o processo de abertura comercial da economia brasileira e a participação da soja na balança comercial brasileira entre 2011 e 2022.

Gráfico 1: Exportações de soja em grão (toneladas)



Fonte: Elaboração dos autores, a partir do IPEADData (2023).

Gráfico 2: Participação da soja na balança comercial brasileira entre 2011 e 2022

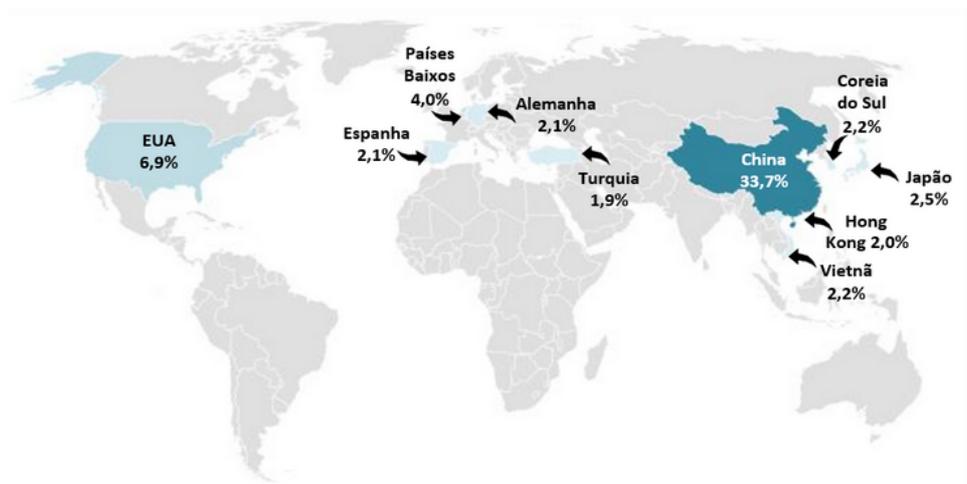


Fonte: Lopes (2023).

A partir do Gráfico 1, nota-se que, em 1997, dentro de um contexto internacional de abertura da economia brasileira, no início do Governo de Fernando Henrique Cardoso, as exportações de soja começam a ascender com mais intensidade até 2012. Por seu turno, é, em 2012, com a modificação do código florestal, que as exportações de soja têm um salto histórico. A respeito desse salto, nem mesmo o período da pandemia da Covid-19 (2020-2021), que distorceu o cenário econômico internacional, alterou significativamente o quantitativo de exportações de soja na balança comercial brasileira.

Diante desses dados, importa identificar os grupos de interesse por trás desse cenário, uma vez que, contra intuitivamente, a exportação de soja do Brasil não foi afetada pela conjuntura da pandemia. Destarte, esse dado é intrigante porque leva a pesquisa a questionar de onde vem a demanda que permite esses níveis de exportação da *commodity* brasileira. Para ilustrar esse questionamento, a Figura 1 apresenta os principais destinos das exportações do agronegócio brasileiro em 2020.

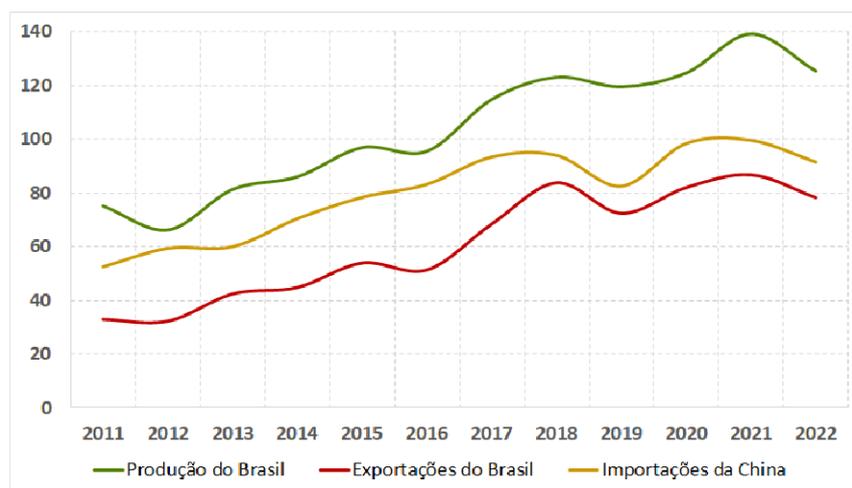
Figura 1: Principais Destino das Exportações do Agronegócio brasileiro (2020)



Fonte: Equipe Mais Soja (2021) com dados do ComexStat .

Com estes dados fica transparente a importância de trazer a China para a análise e investigar os atores políticos domésticos que atuam para colocar esse Estado em uma posição central na economia brasileira, visto que a evolução da produção e das exportações brasileiras de soja acompanham as importações da China, como é possível observar no Gráfico 3.

Gráfico 3: Evolução da produção e das exportações brasileiras de soja e das importações chinesas entre 2011 e 2022, em milhões de toneladas



Fonte: Lopes (2023)

É a partir desses dados que a pesquisa passa a investigar a atuação do setor da soja no Legislativo, especialmente, quando se sabe que a China, em 2009, passa a se configurar como a principal parceira comercial do Brasil e fomenta o debate, ressaltado por

Altemani de Oliveira (2016), sobre se essa parceria é estratégica ou predatória. Destarte, a seção seguinte aborda o debate teórico sobre a atuação do legislativo na PEB.

2. O Legislativo na Política Externa Brasileira

Como resultado dos processos de redemocratização e abertura econômica das décadas de 1980 e 1990, não é mais possível atribuir as decisões de PEB a um único ator ou burocracia. As bases de legitimidade que respaldavam a autoridade institucional do Itamaraty estavam enraizadas no patrimonialismo, no carisma e na racionalidade burocrática (Cheibub, 1985). No entanto, hoje em dia, a legitimidade institucional deste órgão está atrelada aos próprios pressupostos e procedimentos democráticos que ensejam, segundo Dahl (2001), um regime democrático com (i) funcionários eleitos; (ii) eleições livres, justas e periódicas; (iii) liberdade de expressão; (iv) fontes de informação diversificadas; (v) autonomia para as associações; e (vi) cidadania inclusiva.

Em face desses elementos, o sistema presidencialista brasileiro é caracterizado como multipartidário, o que significa que a formação de maioria no Legislativo, frequentemente, depende de coalizões de partidos, o que leva a ser caracterizado como um “presidencialismo de coalizão” (Abranches, 1988). Nesse modelo, o presidente da República, visando manter a governabilidade, precisa construir uma base de apoio entre os partidos e delegar os ministérios conforme essa mesma base.

Para Milani e Pinheiro (2013), essa dinâmica político-partidária afeta indiretamente a formulação de política externa a partir do momento em que questões de natureza internacional passam a fazer parte da agenda política de outros ministérios, que não o Ministério das Relações Exteriores (MRE), bem como da agenda política dos legisladores. Nesse cenário, a integração de questões internacionais na atuação dos ministérios e do Legislativo promove a politização do processo decisório ao incitar o diálogo interministerial e criar um canal para perceber e responder às demandas da sociedade.

Portanto, embora ainda seja mencionado o insulamento do Itamaraty, isso não se aplica à política externa como um todo, dada a politização do processo decisório. Ao mesmo tempo, conforme Milani e Pinheiro (2013), observa-se uma pluralização dos atores que participam do processo de formulação da PEB. Seja no aspecto horizontal,

com a ampliação da participação de outros ministérios e agências do executivo, da atuação mais assertiva do Legislativo e, até mesmo, do Judiciário. Ou ainda, no aspecto vertical, como entes subnacionais, empresas e organizações não governamentais.

Dada essa ampliação, a análise do papel do Legislativo na PEB se confronta com a crença generalizada de que a ação desse Poder consiste em uma “total falta de interesse” que leva a uma “aprovação automática” do que é formulado pelo Poder Executivo para as temáticas que envolvem política externa. Ao contrariar a crença da inépcia do Poder Legislativo, considera-se, *a priori*, que a agência do Congresso Nacional ocorre a partir de mecanismos *ex ante* e *ex post* (Anastasia, Mendonça & Almeida, 2012; Silva & Spohr, 2016; Carvalho & Souza, 2011).

Mecanismos *ex ante* são aqueles observados na Carta Constitucional como controles previamente institucionalizados mediante a relação de freios e contrapesos (*check and balances*) entre os Poderes. Procedimentos *ex post* dizem respeito ao papel de monitoramento e avaliação após a execução da política, “instrumentos como pedidos de informação, requerimentos para convocação de ministros, realização de audiências públicas” (Diniz & Ribeiro, 2010, p. 75).

Diante disso, importa adentrar no processo decisório pertinente à PEB, em que se salienta a relação agente-principal, por meio da qual o poder Legislativo atua para controlar, afetar ou influenciar a agenda de política externa do Poder Executivo. Dentro desta relação, há uma limitação institucional para a participação na política externa que faz com que o Poder Legislativo atue conforme as lógicas de delegação ou abdicação de sua competência. Diante disso, Neves (2003) sustenta o argumento de que, quando há convergência de interesses entre Legislativo e Executivo, observa-se pouca participação efetiva do Legislativo. Todavia, quando existem posições divergentes entre os dois Poderes, o Legislativo aumenta a sua participação.

No debate sobre a influência dos parlamentares conforme a matéria dos tratados, Evans (1993) sugere que o Executivo tem mais autonomia em questões de segurança nacional, enquanto o Legislativo se envolve mais em temas econômicos e de comércio exterior, devido à pressão do eleitorado. No entanto, Lima e Santos (2001) argumentam que, durante a abertura comercial dos anos 1990, o Congresso teve pouco engajamento, pois a liberalização econômica foi conduzida principalmente por instrumentos que não

exigiam sua participação. Os trabalhos de Martin (2000) e Alexandre (2006) corroboram que o aumento da participação legislativa é mais bem explicado pelo conflito de interesses com o Executivo do que pela natureza das matérias tratadas.

Alexandre (2006) aponta que a quantidade e a complexidade de acordos internacionais negociados levam os parlamentares a delegar, para o Executivo, a autoridade sobre o tema. Em função da incapacidade de ter um controle absoluto do Legislativo sobre as negociações internacionais, se estabelece, então, um sistema de “alarme de incêndio”. Neste sistema, questões específicas ganham interesse do Congresso na medida em que sofrem a pressão de determinados grupos sociais. Logo, temas que despertam maior atuação de grupos de interesse também levariam ao maior engajamento do Legislativo.

Em face desse sistema, mecanismos institucionais legislativos *ex post* são evidenciados como ferramentas que o Legislativo possui para, mediante interesse, atuar no controle da agenda política do Executivo. Exemplos desses mecanismos são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1: Mecanismos Institucionais Legislativos *ex post* do Poder Legislativo

Câmara dos Deputados	
Indicação	Proposição através da qual o deputado: I – sugere a outro Poder a adoção de providência, a realização de ato administrativo ou de gestão, ou o envio de projeto sobre a matéria de sua iniciativa exclusiva; II - sugere a manifestação de uma ou mais Comissões acerca de determinado assunto, visando a elaboração de projeto sobre matéria de iniciativa da Câmara
Audiência	Convocações de atores do Governo e representações estrangeiras para a discussão de temas específicos;
Requerimento	Solicitações para o estabelecimento de audiências, seminários que servem para aprovação de voto ou moção de apoio, repúdio ou manifestação, para pedir informação;
Projeto de Lei	Estabelecem limites para a discricionariedade do poder executivo na política externa, proibindo ou incentivando comportamentos;
Senado Federal	
Pedidos de informação	--
Votos secretos de Aprovação ou Rejeição	Esse mecanismo é utilizado para nomeação de chefes, embaixadores, representantes em OIs;

Mensagens formais	Comunicações oficiais ou documentos enviados pelo Senado Federal para outros órgãos do governo ou organismos internacionais com diversas finalidades administrativas e legislativas.
-------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

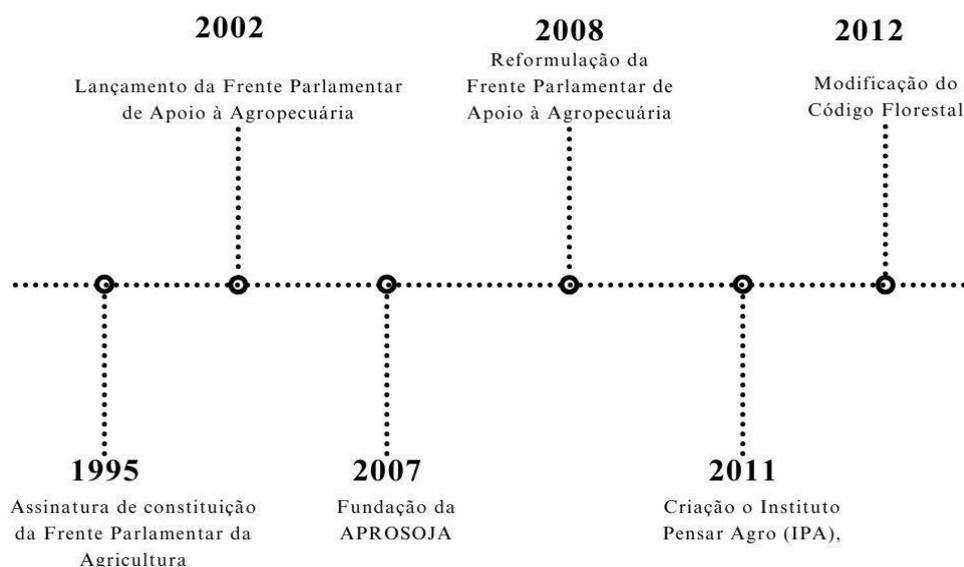
Fonte: Elaboração dos autores, a partir de Anastasia et al. (2012); Silva e Spohr (2016); Ribeiro (2018); Glossário de Termos Legislativos (2020).

É em função desse debate que o artigo analisa a influência da FPA e do GPBC na formulação da política comercial para a China por meio de mecanismos institucionais *ex post*, conforme detalhado no Quadro 1. Para a tanto, descreve-se um breve histórico da institucionalização da FPA e do GPBC até se tornarem atores relevantes no Legislativo brasileiro a ponto de permitir a investigação sobre sua influência na política externa comercial brasileira.

Em primeiro, a institucionalização histórica da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) se inicia, em 1995, quando se estabelece a Frente Parlamentar da Agricultura mediante a assinatura de deputados e senadores. Em 2002, a Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária é lançada. Em 2007, é fundada a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja). Em 2008, a Aprosoja, em colaboração com outras organizações setoriais, reformula a Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária, que passa a ser denominada FPA.

Em 2011, a entidade promove a criação do Instituto Pensar Agro (IPA), que mune os parlamentares de dados e de uma narrativa comum para os seus posicionamentos, tornando-se peça-chave na organização dos interesses do setor desde a vitória na modificação do Código Florestal, em 2012 (Pompeia, 2020; FPA, 2023). De forma didática, essa linha histórica de institucionalização é esquematizada na Figura 2 abaixo.

Figura 2: Linha de Institucionalização da FPA



Fonte: elaboração dos autores com base em Pompeia (2020) e FPA (2023).

Desde a sua institucionalização, a FPA acompanha de perto os assuntos em tramitação no Legislativo por meio da participação nas comissões temáticas. Dentre os assuntos de interesse na agenda do agronegócio, a Frente prioriza algumas demandas nas relações comerciais com a China, como a prevenção de barreiras comerciais e a expansão de oportunidades para exportar produtos de maior valor agregado, como o farelo e o óleo de soja (FPA, 2023). Outrossim, a linha histórica também demonstra o peso que a FPA adquire ao longo do processo, especialmente, quando se leva em consideração o fator soja nas exportações da balança comercial brasileira.

Em segundo, o Grupo Parlamentar Brasil-China (GPBC) atua na Câmara dos Deputados desde 1993 (Araújo, 2019). Não obstante, conforme disposto no *site* do Senado, ele é institucionalizado somente em 2004, a partir da Resolução N° 04, que institui o Grupo Parlamentar China-Brasil, conforme o art. 1º: “É instituído, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo China-Brasil, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos”.

Com a resolução que institui o GPBC, observa-se que sua atuação e institucionalização não ocorre de maneira linear e continuada. Desse modo, em 2019, o GPBC é reinstalado no Senado com adesão de 37 senadores, com o objetivo de desenvolver as relações bilaterais entre os dois países (Groba, 2019; Fontenele, 2019). Logo, seu objetivo é impulsionar tratados comerciais e atrair empresas em ambos os territórios.

No que concerne ao período analisado neste artigo, a continuidade das trocas comerciais entre China e Brasil é pautada, em março de 2019, pelo então Presidente do GPBC, na reunião para a recriação do grupo parlamentar. O deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA) manifestou, conforme Araújo (2019), o seguinte: “Agora há uma preocupação muito grande sobre a preservação do mercado chinês para a agricultura brasileira e da ampliação desse mercado. Há muito interesse da China em relação a isso. E nós queremos que esse debate se faça aqui também no Parlamento”.

Em função desse histórico, o artigo analisa a atividade legislativa dos parlamentares que compõem a FPA e o GPBC para observar os mecanismos de influência sobre a política comercial brasileira para a China. Isto posto, na seção seguinte são detalhados os aspectos metodológicos que possibilitaram a análise da atuação da FPA e do GPBC no Congresso a partir dos mecanismos institucionais *ex post* do Poder Legislativo, entre 2019 e 2023.

3. Textos como dados em estudos de caso

Em pesquisas desenhadas como estudos de caso uma das estratégias para validar esse tipo de desenho reside na construção de uma triangulação metodológica pautada em três características: (i) a equifinalidade dos fenômenos políticos; (ii) a análise dos processos causais; e (iii) as explicações centradas em mecanismos. Somado a essas três propriedades, salienta-se a importância da contextualização do fenômeno e, se possível, a comparação (Rezende, 2011).

Para Rezende (2011, p. 316), com a “importância dada aos contextos, os casos são observados como configurações de atributos – causas e consequências – que estão diretamente associadas”. Essa associação decorre do fato de que é o contexto que torna claro as evidências de uma cadeia causal capaz de produzir inferências. A lógica qualitativa por trás desse modelo é denominada *causes-of-effect* e estipula a combinação de condições que produzem caminhos/trajetórias entre o resultado e sua(s) causa(s).

Exatamente por isso, essa investigação é desenhada como um estudo de caso que faz uso de técnicas de ACA, dada a possibilidade de mensuração de fatores ideacionais em estudos de caso (Goertz & Levy, 2007; Checkel, 2017). Nesse modelo, a especificidade conjuntural permite a existência de um mundo lexical em que as

palavras, concebidas como evidências empíricas, podem ser relacionadas umas às outras, dentro de uma relação de coocorrência e de similaridade (Salvador et al., 2018, p. 2).

Outrossim, o uso da ACA, como uma estratégia de investigação na pesquisa qualitativa, possibilita aumentar a capacidade inferencial a partir da utilização de “textos como dados” (Grimmer & Stewart, 2013), visto que se configura como “um conjunto de técnicas de comunicações que tem como objetivo a descrição sistemática de conteúdo das mensagens a partir de indicadores quantitativos que permitem fazer inferências sobre as condições de produção” (Cervi, 2018, p. 7).

Esse conceito está atrelado a um modelo de Análise de Conteúdo que faz uso de *software* para sistematização dos dados e operacionalização de técnicas de estatística descritiva que permitem inferências válidas e replicáveis por categorias temáticas (Krippendorff, 2004; Caregnato & Mutti, 2006, Mesquita, 2022a, b).

Essas inferências podem ser alcançadas pelos indicadores de frequências e/ou de coocorrências (contingência), quando, a partir deles, a análise pode regressar às causas ou chegar aos resultados das características das comunicações. Por isso, nesse modelo, há duas funções complementares: (i) a heurística, de enriquecimento do procedimento exploratório e explanatório; e a de (ii) administração da prova, quanto testa hipóteses ou argumentos teóricos (Bardin, 1977; Janis, 1979; Krippendorff, 2004; Drisko & Maschi, 2016).

Portanto, a ACA é um método de análise atrelado a um processo de identificação, descrição e predição de elementos textuais que, ao mesmo tempo em que assume uma lógica metodológica frequentista (Camargo & Justo, 2013; Carlomagno & Rocha, 2016; Cervi, 2018), requisita uma interferência mínima, porém indispensável, da subjetividade do pesquisador (Krippendorff, 2004; Drisko & Maschi, 2016; Cervi, 2018).

Como ferramenta para sistematização dos dados, a pesquisa utiliza o *software* IRAMUTEQ, versão 0.7 alpha 2. A operacionalização, por sua vez, ocorre quando o *software*, ao invés de usar um livro de códigos ou dicionário produzido pelo próprio pesquisador, faz uso do próprio *corpus* empírico para identificar termos com maior frequência e similaridade. Dessa forma, são produzidos *clusters* de palavras,

organizados pela homogeneidade interna e heterogeneidade externa dos dados. Ao mesmo tempo, com base no Método Reinert, a significância desses *clusters* é avaliada por meio do teste de qui-quadrado (χ^2) e do p-valor $< 0,0001$ (Cervi, 2018; Mesquita, 2022a, b).

Na pesquisa, os dados foram coletados no próprio *site* da Câmara dos Deputados e no Senado Federal nos registros das atividades e propostas legislativas com os descritores: “China” e “Soja”. O período referente para a coleta é pertinente à 56ª Legislatura, que se inicia em 02-01-2019 até 31-01-2023. Dessa forma, o *corpus* da pesquisa, constituído pelos registros das atividades e propostas legislativas, é tratado como uma estrutura complexa não observável (Figueiredo Filho et al., 2013; Dowding, 2016).

Isso implica dizer que os registros das atividades e propostas legislativas - mecanismos legislativos para controle do Poder Executivo - são mobilizados como dados empíricos para testar o argumento da pesquisa. Por isso, são operadas como *proxy* para a causa - a articulação do setor da soja no Legislativo - dada a possibilidade de aferir o direcionamento às temáticas de interesse dos *decision-makers* cujo resultado é a política comercial para a China.

Destarte, após o tratamento desses dados, duas técnicas de ACA são instrumentalizadas, a CHD e AdS. Com a CHD, são obtidas categorias de palavras a partir de segmentos de textos semelhantes entre si, visualizados em um dendograma. Isso ocorre por meio da lematização e teste qui-quadrado, quando a relação entre as classes de palavras de um corpus é apresentada em função do seu percentual de composição e significância estatística no *corpus*. A AdS, por sua vez, estabelece a relação de coocorrência entre os *clusters* e a apresenta em um gráfico denominado Árvore de Similitude, cuja disposição das palavras é feita em um ordenamento de importância que vai do centro para a periferia (Camargo e Justo, 2013, b, 2018; Cervi, 2018; Salvador et al., 2018; Mesquita, 2022a, b).

4. Resultados

Esta seção apresenta os resultados do tratamento dos dados referentes às Atividades e Propostas Legislativas, reunidas em 22 Atividades Legislativas, que se configuram

como Audiências. Dessas 22 Audiências, 11 (50%) foram mobilizadas para o tratamento dos dados. Essa seleção contemplou o fato de a Atividade Legislativa abarcar representantes do GPBC e da FPA.

Destarte, conforme a operacionalização dos dados pelo IRAMUTEQ, foram analisados 4959 segmentos de texto, de um total de 5522, o que corresponde a um percentual de 89,8% do *corpus* e o que confere validade estatística à ACA. Segundo Carmargo e Justo (2013), o *software* deve ser capaz de operacionalizar, no mínimo, 70% do *corpus*, para não produzir resultados espúrios. Dessa feita, instrumentalizou-se uma CHD que gerou o seguinte dendograma abaixo (Gráfico 4).

Gráfico 4: Dendograma das Audiências Legislativas (2019-2023)



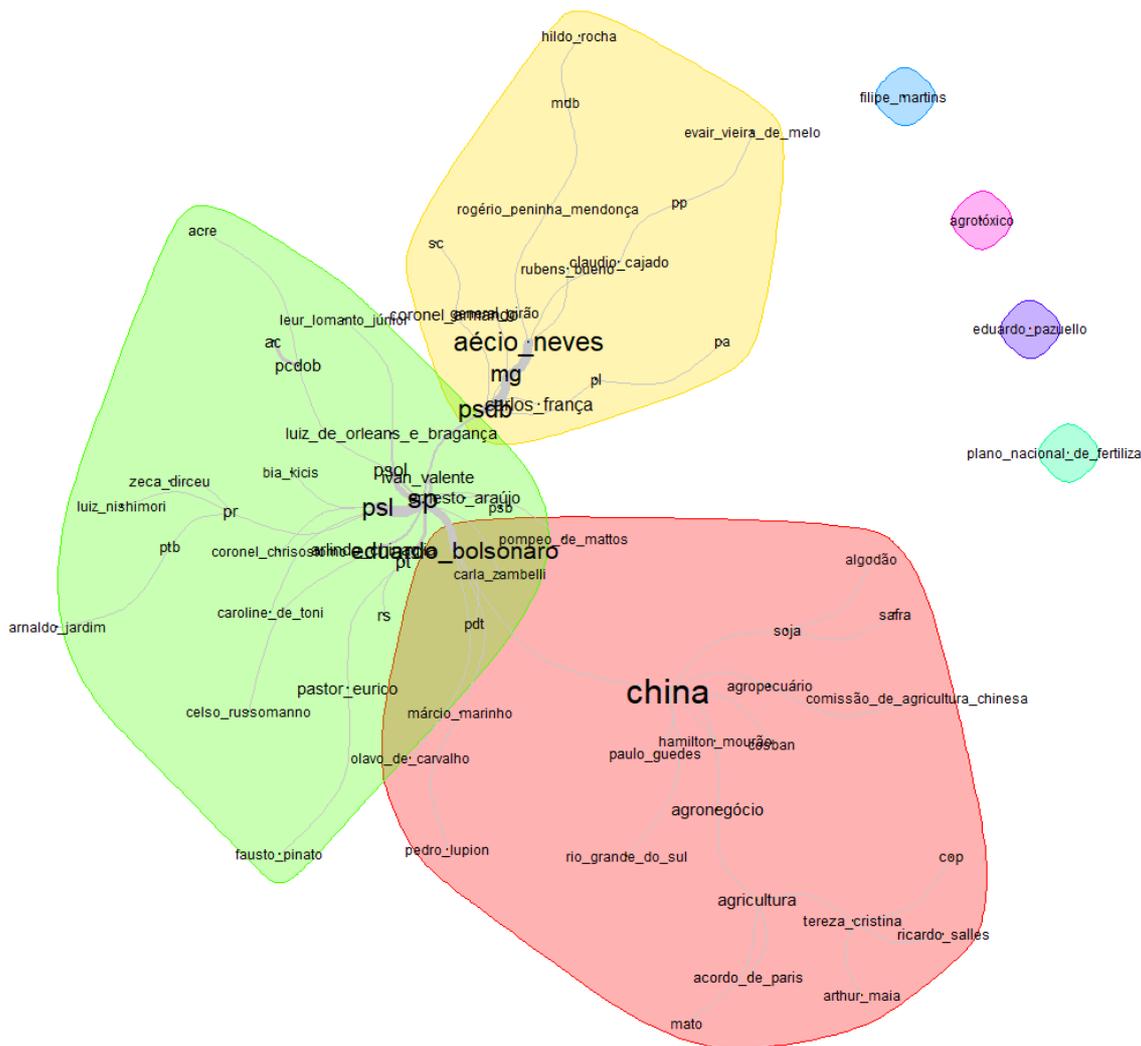
Fonte: Elaboração dos autores (2023).

Da análise do dendograma acima, observa-se a constituição de sete classes de palavras, que foram categorizadas, respectivamente, como Política Comercial, a compor 13,6% do *corpus*; Itamaraty, com 12,9%; Pandemia, 12,8%; Política Externa, 12,3%; Ideologização da PEB, 19,4%; Relações Bi e Multilaterais, 11,4%; Protocolar, 17,4%. Por essa categorização e composição, observa-se que as audiências em que estão presentes o GPBC e a FPA são fortemente marcadas pelo debate pertinente à PEB, totalizando 69,6% do *corpus*, referente ao somatório das Classes 1, 2, 4, 5 e 6.

Após a obtenção desses dados, a pesquisa buscou identificar quais representantes da FPA ou do GPBC produzem os discursos em que se observa a relação de coocorrência com as classes do Dendograma. Na Figura 3, a Árvore de Similitude apresenta essa identificação. Vale o registro de que as cores não são escolhas dos

pesquisadores, mas um procedimento operacional padrão do *software*, além de que o tamanho e qualidade da imagem são produtos diretos do processamento dos dados feito pelo IRAMUTEQ, assim, não é possível aumentar a qualidade sem que ocorra alguma distorção da imagem.

Figura 3: Árvore de Similitude da Atividade Legislativa (Audiências) pertinente à soja e China (2019-2023)



Fonte: Elaboração dos autores (2023), com dados da Câmara dos Deputados e Senado.

Ao analisar a Árvore de Similitude produzida pelo *software*, observam-se as duas alas que formam os grupos de interesse do governo Bolsonaro. Em vermelho, a Ala Pragmática, são identificados os nomes Paulo Guedes e os nomes de personagens importantes da FPA, como Tereza Cristina, Hildo Rocha e Ricardo Salles, e do GPBC, como Hamilton Mourão. Nesse ramo da árvore, são destacadas a centralidade e a

importância do termo “China” e a gravitação de termos como “agropecuário”, “soja”, “COSBAN”, “agronegócio”, “agricultura”. A disposição destes termos demarca o pragmatismo desta Ala diante das relações comerciais com o país asiático, o que também pode ser evidenciado nas Classes 2 e 1 do Dendograma acima.

Ademais, em verde, é observada a denominada Ala Ideológica do governo, notadamente centrada na atuação do deputado Eduardo Bolsonaro, então presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara. Em torno de seu nome, observa-se a incidência de nomes do Partido Social Liberal (PSL), como Bia Kicis, Luiz de Orleans e Bragança e Caroline de Toni. Esses representantes são fiéis interlocutores do governo na Casa Legislativa. Ao mesmo tempo, também é observada a presença de nomes de indivíduos da oposição, como Ivan Valente, Zeca Dirceu. Essa característica denota o que se vê nas Classes de Palavras 4, 5 e 6 da CHD: palavras com maior significância que denotam os debates em torno do processo de ideologização da PEB.

Ao dar continuidade à investigação sobre a atuação da FPA e GPBC nas pautas comerciais com a China, a pesquisa analisou um mecanismo institucional *ex post* bastante utilizado pelo Poder Legislativo, os Requerimentos, encontrados no *site* do Senado Federal pertinentes aos termos Soja e China. Assim, conforme o processo de seleção já especificado, foram encontradas 24 Propostas legislativas, notadamente Requerimentos (Pedidos de informação ou Solicitações de Audiências, detalhado no Quadro 1). Dos dados coletados, 9 (37,5%) estavam aptos para análise, o que resultou no Gráfico 5.

Gráfico 5: CHD das Propostas Legislativas do Senado (2019-2023)

Classe 2		Classe 1		Classe 3	
Insumos Agrícolas	39,6%	Política Comercial	38,9%	Protocolar	21,5%
Palavras	X ²	Palavras	X ²	Palavras	X ²
Saúde	37,8	Lei	148	Requerer	202,7
Produtor	25,7	Crédito	69,7	Audiência	130,7
Paraquate	24,8	PIS	45,6	Comissão	120,3
População	23,38	COFINS	45,6	Constituição	74,1
Segurança	21,6	TIPI	33,9	Cumprimento	56,2
China	18,5	Soja	23,2	Debater	55,7
Indústria	18,5	Alíquota	22,2	Convidado	42,8
Ingrediente	17	Industrialização	20,6	Plenário	36,8
Doença	15,4	Adubo	19,1	Seminário	25,7
Agrícola	15,4	Óleo de Soja	17,5	Relatório	20,6

Fonte: Elaboração dos autores (2023)

Conforme observado no Gráfico 5, o dendograma é composto por três *clusters* categorizados como Insumos Agrícolas, Política Comercial e Protocolar, cada qual compondo, respectivamente, 39,6%, 38,9% e 21% do *corpus* de análise. Notadamente, diferente do dendograma da Câmara dos Deputados, este é mais objetivo, de modo que as palavras pertinentes às Classes 1 e 2 ocupam 78,5% do *corpus*.

Dentro dessa configuração, a Classe 1 trata da política comercial de incentivo às exportações agropecuárias, além de ser possível identificar expressões referentes aos incentivos tributários (PIS, Cofins, Alíquotas e Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI), assim como referência à etapa agroindustrial do processamento da soja e produção do óleo de soja. Na Classe 2, predominam as discussões sobre a liberalização de insumos agrícolas, como fertilizantes e agrotóxicos, e os seus riscos à saúde. A Classe 3 se resume às expressões meramente protocolares das atividades legislativas. Ademais, da mesma forma como foi feito com as Atividades Legislativas, aqui, é realizada uma Análise de Similitude para gerar a Figura 4.

Figura 4: Árvore de Similitude das Propostas Legislativas do Senado sobre Soja e China (2019-2023)



Fonte: Elaboração dos autores (2023)

Como observado, a imagem destoa do Dendograma por apresentar maior complexidade, visto que os termos que incidiram no *corpus* demonstraram maior coocorrência. Essa complexidade resulta em uma *Árvore* com sete *clusters* com cores diferentes e termos mais importantes, como Lei (Cluster vermelho), Exportação (Cluster Azul), Importação (Cluster Roxo) e Comercial (Cluster Verde). Todos esses termos, porém, circundam o termo Soja (Cluster Anil). Essa centralização e os termos que são adjacentes demarcam a importância e o aspecto pragmático da *commodity*, visto que é debatida em função das normas para regulação da balança comercial brasileira na relação com a China.

Essa leitura é marcada também pela atuação que a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) tem na demarcação da cadeia produtiva da soja e do biodiesel. A Abiove representa o capital vinculado à fase da industrialização da

commodity, ou seja, da produção de farelo, óleos vegetais e biodiesel. Além da indústria de processamento, a Abiove incorpora os interesses das *trading companies* vinculadas à exportação da soja e de seus derivados (Ferreira et al., 2022).

Os resultados obtidos por meio da ACA evidenciaram que as audiências nas quais o GPBC e a FPA estão presentes são fortemente caracterizadas pelo debate relacionado à PEB, totalizando 69,6% dos clusters da CHD presente no Gráfico 4. A ACA também possibilitou a identificação de atores importantes e pautas levantadas na FPA e no GPBC.

5. Discussão dos resultados

Com o objetivo de compreender o significado latente do conteúdo, após a instrumentalização da ACA, foi realizada uma análise qualitativa dos registros das atividades e propostas legislativas. A partir dos resultados encontrados, nesta seção são discutidos os principais achados, de modo a responder os objetivos específicos: (i) mapear os principais interesses do setor da soja; (ii) identificar os representantes da bancada ruralista atrelados ao setor da soja; e (iii) relacionar os interesses do setor da soja com os discursos do GPBC e da FPA.

A ACA e a análise qualitativa revelaram alguns posicionamentos do setor sojeiro, no que concerne à política comercial destinada a fomentar as exportações agropecuárias. Assim, foi possível discernir expressões relacionadas aos incentivos tributários, como PIS, Cofins e a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI). Ao mesmo tempo foram detectados alguns dos principais interesses do setor da soja nas relações com a China, sistematizados no Quadro 2:

Quadro 2: Interesses do setor da soja nas relações com a China

(i)	Garantir acesso contínuo e sem restrições ao mercado chinês;
(ii)	Aumentar as exportações para a China;
(iii)	Manter preços competitivos para a soja brasileira, o que envolve questões relacionadas à eficiência na produção, custos de transporte e logística;
(iv)	Garantir que a soja brasileira atenda aos padrões fitossanitários chineses;
(v)	Evitar disputas comerciais ou barreiras comerciais com a China;
(vi)	Aumentar oportunidades para exportar produtos de maior valor agregado, como óleo de soja e farelo de soja, para a China.

Fonte: Elaboração dos autores, (2024)

É digna de nota a participação ativa nas atividades legislativas de entidades representativas do setor, notadamente a Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja) e a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), esta última associada às demandas por incremento de investimentos na fase agroindustrial do processamento da soja, bem como na infraestrutura de escoamento da produção. No que concerne aos atores que representam o setor da soja na FPA, sobressaem-se algumas lideranças:

- (i) Tereza Cristina (DEM-MS), que ocupou o cargo da presidência da FPA e atuou como Ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- (ii) Dep. Hildo Rocha (MDB-MA), então coordenador da Comissão de Relações Internacionais da FPA;
- (iii) Pedro Lupion, coordenador político da FPA; e
- (iii) Nilson Leitão (PSDB-MT), que liderou o Instituto Pensar Agro (2019 - 2022).

Estes atores se mostraram ativos no uso dos mecanismos legislativos detalhados no Quadro 1. Por meio da análise dos textos dos projetos de lei e atividades legislativas, foi possível inferir que a articulação do setor da soja no Legislativo influencia a política comercial para a China por meio de alguns mecanismos legislativos:

- (i) Audiências e seminários: Nestas oportunidades, os congressistas convidam membros do Executivo e representantes das associações representativas para debaterem as limitações da política comercial.
- (ii) Requerimentos: Mecanismos utilizados para cobrar do Executivo esclarecimentos sobre possíveis efeitos negativos para o setor de posicionamentos ou medidas do Executivo. E,
- (iii) Projetos de lei: Buscaram mudar alguma legislação prévia desfavorável ao setor ou propor novas legislações sobre pautas de interesse.

A exemplo do funcionamento destes recursos, em resposta aos requerimentos aprovados de deputados pertencentes à FPA e da oposição ao governo sobre a situação das relações comerciais com a China, foi realizada uma audiência na CREDN com a presença do Ministro Ernesto Araújo. Naquela oportunidade, o ministro precisou responder aos questionamentos sobre um possível afastamento nas relações Brasil-China por razões ideológicas e, como consequência, posteriormente, foram realizadas visitas do presidente Bolsonaro e vice-presidente Mourão à China. Na audiência, o ministro

também ressaltou a criação do Departamento de Promoção do Agronegócio na estrutura do MRE, como instituição de diálogo com o setor (Ministério das Relações Exteriores, 2022).

Além do uso dos mecanismos legislativos, destaca-se a participação dos deputados e senadores em viagens para a China e a recepção de legisladores chineses no Brasil. Em maio de 2019, é notável a organização da missão do MAPA para a China. A comitiva, chefiada pela ministra Teresa Cristina, participou de uma série de reuniões com atores públicos e privados. Estes encontros resultaram em avanços para o setor agropecuário, entre eles: i) a autorização para que novos frigoríficos pudessem exportar carne para a China; e ii) a delegação de um representante fiscal, alocado na embaixada chinesa no Brasil, para facilitar a resolução de questões sanitárias necessárias para a exportação (Marra et al., 2021).

Outro caso ilustrativo da atuação da Frente e do Grupo Parlamentar se dá quando do embargo chinês à carne brasileira em 2021. A interlocução entre os parlamentos e o corpo diplomático dos dois países viabilizou o fim do embargo, sendo a China o primeiro país a anunciar o fim da restrição à importação da carne brasileira (Frente Parlamentar da Agropecuária, 2021).

Destaca-se ainda a “Visita Oficial da Delegação do Parlamento Chinês”, que teve como objetivo acompanhar os trabalhos de modernização logística no parlamento brasileiro direcionado ao setor agropecuário. As audiências, fruto desta visita, foram marcadas por falas que destacavam a complementariedade e importância das economias dos dois países para superação de embates políticos. Apesar de não ter sido possível observar encaminhamentos destas audiências, a comitiva chinesa se mostrou favorável à ampliação do comércio agropecuário e de novos investimentos estrangeiros diretos no setor (Câmara dos Deputados, 2019).

Considerações finais

A pesquisa que culminou nesse artigo visou responder ao seguinte problema de pesquisa: como a articulação do setor da soja no Legislativo afetou a PEB no Governo Bolsonaro? Partindo deste problema, levantou-se o argumento de que o setor da soja da

Bancada Ruralista afetou, no período, a política externa comercial brasileira por meio de mecanismos institucionais legislativos.

Dessa forma, para responder à pergunta de pesquisa e testar o argumento, a pesquisa analisou a relação entre o GPBC e a FPA e a política externa comercial brasileira. Ao final, foi possível evidenciar o pragmatismo desse grupo de interesse como um dos fatores estabilizadores nas relações comerciais entre o Brasil e a China.

Como apontado, os mecanismos legislativos *ex post* foram utilizados pelos representantes do setor para levantar pautas; pedir informações e cobrar respostas do Executivo; e propor mudanças na legislação em favor das demandas do setor. Por meio destas ferramentas, o Executivo precisou responder às preocupações da Bancada Ruralista sobre um possível afastamento nas relações com a China por razões ideológicas. Além do uso dos mecanismos legislativos, destaca-se a participação dos legisladores em viagem da comitiva do MAPA à China, que resultou na autorização para a abertura de novos frigoríficos e avanços no processo de resolução de questões fitossanitárias.

Os resultados da pesquisa são de caráter descritivo e apresentam algumas limitações que poderão ser sanadas em estudos subsequentes. O estudo descreveu os principais interesses do setor da soja nas relações comerciais com a China ao longo do Governo Bolsonaro, assim como mapeou os representantes do setor atuantes na FPA e no GPBC. Apesar de não ter sido possível observar como o setor da soja realmente influenciou na relação comercial com a China, o estudo contribuiu para a literatura sobre a atuação do Legislativo na política externa na medida em que analisou a função dos mecanismos legislativos *ex post* como instrumento de pressão.

A fim de aprofundar esta pesquisa, sugere-se, como próxima etapa, uma análise dos posicionamentos do Poder Executivo durante a gestão Bolsonaro. Acredita-se que o estudo da atuação da Presidência da República, do MRE e do Ministério da Economia seriam complementares a este artigo, podendo esclarecer mudanças de posicionamento ao longo da gestão e continuidade de trocas comerciais com a China no período.

Referências

ABRANCHES, Sérgio. (1988). Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, 31 (1): 3-55.

- ALEXANDRE, Cristina Vieira Machado. (2006). **O congresso brasileiro e a política externa (1985-2005)**. Dissertação de Mestrado, apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio). (Orientador: Prof. Dr. Christian Caubet).
- ALTEMANI DE OLIVEIRA, Henrique. (2016) Brasil-China: uma parceria predatória ou cooperativa? **Revista Tempo do Mundo**, 2 (1): 143-160.
- ANASTASIA, Fátima; MENDONÇA, Chirstopher; ALMEIDA, Helga. (2012). Poder Legislativo e Política Externa no Brasil: jogando com as regras. **Contexto Internacional**, 34 (2): 617-657.
- ARAÚJO, Newton. (2019). **Grupo Parlamentar Brasil-China é recriado na Câmara**. Disponível em: [<https://www.camara.leg.br/noticias/553927-grupo-parlamentar-brasil-china-e-recriado-na-camara/>]. Acesso: 18/02/2024.
- BARDIN, Laurence. (1977). **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. (2019). **Relatório da Visita Oficial da Delegação do Parlamento Chinês**. Disponível em: [<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/55691>]. Acesso em: 19/02/2024
- CAMARGO, Brigido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, 21 (2): 513-518.
- CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. (2006) Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso *Versus* Análise de Conteúdo. **Texto Contexto Enfermagem**, 15 (4): 679-684.
- CARLOMAGNO, Márcio C.; ROCHA, Leonardo Caetano da. (2016). Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, 7 (1): 173-188.
- CARVALHO, Ermani; SOUZA, Deywisson. (2011). Poder Legislativo e Política Externa Brasileira: estado da arte e agenda de pesquisa. *In* **3º Encontro Nacional da ABRI**, São Paulo. Disponível em: [<https://abrir.link/tsDkI>]. Acesso: 20/01/2024.
- CERVI, Emerson. (2018). Análise de Conteúdo Automatizada para Conversações em Redes Sociais Online: uma proposta metodológica. *In* **42º Encontro Anual da ANPOCS**. Disponível em: [<https://abrir.link/PdQMb>]. Acesso: 10/10/2023.
- CHECKEL, Jeffrey. (2017). Methods in Constructivist Approaches to International Security. **Simons Papers Papers in Security and Development**, 55.
- CHEIBUB, Zairo Borges. (1985). Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. **Dados**, 28 (1): 113-131.
- DAHL, Robert. (2001). O que é Democracia? *In* DAHL, Robert (ed.). **Sobre Democracia**. Brasília: UnB, 47-56.
- DINIZ, Simone; RIBEIRO, Cláudio. (2010), Acordos Internacionais e Controle Parlamentar no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, 18 (37): 75-92.

- DOWDING, Keith. (2016). Concepts and conceptual analysis. *In* Dowding, Keith M. (ed.). **The Philosophy and Methods of Political Science**. Nova York: Palgrave, 189-212.
- DRISKO, James; MASCHI, Tina. (2016). **Analysis Content**. Nova York: Oxford University Press.
- EQUIPE MAIS SOJA. (2021). **Exportações Brasileiras do Agronegócio e Balança Comercial 2020**. Disponível em: [<https://abrir.link/BuhGD>]. Acesso: 10/10/2023
- ESCHER, Fabiano; WILKINSON, John. (2019). A economia política do complexo soja-carne Brasil-China. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 57 (4): 656-678.
- EVANS, Peter B. (1993). Building an Integrative Approach to International and Domestic Politics: reflections and projections. *In* EVANS, Peter B.; JACOBSON, Harold K.; PUTNAM, Robert. (eds.). **Double-Edged Diplomacy: International bargaining and domestic politics**. New York: Columbia University Press, 397-430.
- FERREIRA, M., et al. (2022). A cadeia produtiva da soja e a política externa brasileira para a China (2003-2019). **Conjuntura Global**, 11(2): 96.
- FIGUEIREDO FILHO, D. B., et al. (2013). Causalidade e mecanismos em Ciência Política. **Mediações**, 18 (2): 10-27.
- FONTENELE, Poliana. (2019). **Senado instala grupos parlamentares de relações bilaterais com China e Singapura**. Disponível em: [<https://abrir.link/INeyV>]. Acesso: 10/10/2023.
- FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA (FPA). (2021). **Nota Oficial: Liberação de embargo Chinês à carne brasileira**. Disponível em: [<https://abrir.link/QjPaT>]. Acesso: 20/11/2023.
- FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA (FPA). (2023). **História da FPA**. Disponível em: [<https://fpagropecuaria.org.br/historia-da-fpa/>]. Acesso: 19/11/2023.
- GLOSSÁRIO DE TERMOS LEGISLATIVOS. (2020). Disponível em: [<https://encurtador.com.br/k1CJS>]. Acesso: 20/11/2023.
- GOERTZ, Gary; LEVY, Jack. (2007). Causal explanation, necessary conditions and case studies. *In*: GOERTZ, Gary; LEVY, Jack. (eds.). **Explaining War and Peace: case studies and necessary conditions counterfactuals**. Nova York: Routledge, 10-45
- GRIMMER, Justin; STEWART, Brandon. (2013). Text as Data: the promise and pitfalls of automatic content analysis methods for political texts. **Political Analysis**, 21: 267-297.
- GROBA, Paula. (2019). **Grupo parlamentar Brasil-China é instalado no Senado**. Disponível em: [<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2019/05/27/grupo-parlamentar-brasil-china-e-instalado-no-senado>]. Acesso: 05/10/2023.
- GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-CHINA. (2004). **Resolução N° 4, de 2004**. Disponível em: [<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/conselhos/-/conselho/gpchina/legislacao>]. Acesso: 10/11/2023.

- IPEADATA. (2023). **Exportações - soja em grão - quantidade**. Disponível em: [<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>]. Acesso: 11/11/2023.
- JANIS, Irving Lester. (1979). O problema da validação da análise de conteúdo. In: LASSWELL, Harold; KAPLAN, Abraham. (ed.). **A Linguagem da Política**. Brasília: UnB, p. 63-81.
- KRIPPENDORFF, Klaus. (2004). **Content Analysis: an introduction to its methodology**. Londres: Sage Publications.
- LIMA, Maria Regina; SANTOS, Fabiano. (2001). O Congresso Brasileiro e a Política de Comércio Exterior. **Lua Nova**, 52: 121-149.
- LOPES, Celso. (2023). **O Mercado Brasileiro da Soja: uma análise sob a perspectiva da dinâmica de sistemas**. Tese de Doutorado apresentada à Escola Politécnica da USP (Orientador: Prof. Dr. Joaquim Rocha dos Santos).
- MARRA, Ana Tereza Lopes et al. (2021). Relações Brasil-China no governo Bolsonaro: da ideologia ao pragmatismo. In: MARINGONI, Gilberto; SCHUTTE, Giorgio; BERRINGER, Tatiana (eds.). **As bases da política externa bolsonarista: relações internacionais em um mundo em transformação**. Santo André: EdUFABC, 229-251.
- MARTIN, Lisa L. (2000). **Democratic Commitments: Legislatures and International Cooperation**. Princeton: Princeton University Press.
- MESQUITA, Murilo. (2022a). **O Prelúdio à Tempestade: a política externa dos Estados Unidos e o movimento de securitização na Guerra do Golfo (1990-1991)**. Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPE (Orientador: Prof. Dr. Marcos Costa Lima).
- MESQUITA, Murilo. (2022b). Textos Como Dados: introdução à Análise Automatizada de Conteúdo em pesquisas qualitativas. **Revista de Estudos Internacionais**, 13 (2): 3-18.
- MILANI, Carlos; PINHEIRO, Leticia. (2013). Política Externa Brasileira: Os Desafios de sua Caracterização como Política Pública. **Contexto Internacional**, 35 (1): 11-41.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. (2022). **Promoção do Agronegócio**. Disponível em: [<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/politica-externa-comercial-e-economica>]. Acesso: 05/10/2023.
- NEVES, João Augusto de Castro. (2003). O papel do Legislativo nas Negociações do Mercosul e da ALCA. **Contexto Internacional**, 25 (1): 103-138.
- POMPEIA, Caio. (2020). Concertação e Poder: O agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 35 (104): e3510410.
- REZENDE, Flávio da Cunha. (2011). Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na Ciência Política comparada. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 6: 297-337.
- RIBEIRO, Pedro Feliú. (2018). O Legislativo e a Política Externa Brasileira (2008-2015). In: DESIDERÁ NETO, Walter Antonio, et al. (eds.). **Política Externa Brasileira em Debate: dimensões e estratégias de inserção internacional pós-crise 2008**. IPEA: Funag, 57-81.

SALVADOR, Pétala Tuani Candido, et al. (2018). Uso do *Software Iramuteq* nas pesquisas brasileiras da área da saúde. **Scoping Review**. 31: 1-9.

SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, Álvaro Vicente Costa. (2019). Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**. 64: 117-137.

SILVA, André Luiz Reis; SPOHR, Alexandre Piffero. (2016). A relação entre Executivo e Legislativo na formulação de Política Externa no Brasil. **Relações Internacionais**, 50, p. 123-140.